

TGR Subholding 11 S.A.

(Companhia em fase pré-operacional)

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de
2024**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e Administradores da
TGR Subholding 11 S.A.
Maracanaú – Ceará**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TGR Subholding 11 S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 03 de julho de 2024 à 31 de dezembro de 2024, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da TGR Subholding 11 S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de 03 de julho de 2024 à 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 10 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5



Pedro Barroso Silva Junior
Contador CRC CE-021967/0-5

TGR Subholding 11 S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado	Controladora	Passivo	Nota	Consolidado	Controladora
		31/12/2024	31/12/2024			31/12/2024	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	6	2	Fornecedores	7	3.196	-
Impostos a recuperar		350	-	Partes relacionadas – outras contas a pagar	11	821	-
				Obrigações fiscais		30	-
				Obrigações trabalhistas		66	-
				Outras contas a pagar		25	-
Total do Ativo Circulante		356	2	Total do Passivo Circulante		4.138	-
Investimentos	6	-	112.944	Outras contas a pagar		90	-
Imobilizado	5	218.951	-	Total do Passivo Não circulante		90	-
				Patrimônio líquido	8		
				Capital social		112.562	112.562
				Transação de capital com acionistas		663	663
				Prejuízos acumulados		(279)	(279)
Total		218.951	112.944	Total		112.946	112.946
				Participação de acionistas não controladores		102.133	-
				Total do patrimônio líquido		215.079	112.946
Total do Ativo Não Circulante		218.951	112.946	Total do Passivo		4.228	-
Total do Ativo		219.307	112.946	Total do Passivo e Patrimônio líquido		219.307	112.946

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TGR Subholding 11 S.A.

Demonstrações do resultado do período de 03 de julho a 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

		<u>Consolidado</u> <u>03/07/2024 à</u>	<u>Controladora</u> <u>03/07/2024 à</u>
	Nota	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2024</u>
Despesas gerais ou administrativas	9	(472)	(11)
Outras despesas operacionais		(15)	-
Despesas operacionais		<u>(487)</u>	<u>(11)</u>
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		(487)	(11)
Despesas financeiras	10	(4)	-
Resultado financeiro		<u>(4)</u>	<u>-</u>
Resultado de equivalência patrimonial	6	-	(268)
Prejuízo do exercício		<u>(491)</u>	<u>(279)</u>
Resultado atribuído aos:			
Acionistas controladores		(279)	-
Acionistas não controladores		(212)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TGR Subholding 11 S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
do período de 03 de julho a 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Consolidado</u> <u>03/07/2024 à</u> <u>31/12/2024</u>	<u>Controladora</u> <u>03/07/2024 à</u> <u>31/12/2024</u>
Prejuízo do exercício	(491)	(279)
Outros resultados abrangentes - ORA	-	-
Resultado abrangente total	(491)	(279)
Resultado abrangente atribuído aos:		
Acionistas controladores	(279)	(279)
Acionistas não controladores	(212)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TGR Subholding 11 S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido do período de 03 de julho a 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Capital a integralizar	Transação de capital com acionistas	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 03 de julho de 2024		-	-	-	-	-	-	-
Capital subscrito	8	112.562	(112.562)	-	-	-	-	-
Capital integralizado	8	-	112.562	-	-	112.562	-	112.562
Emissão de ações preferenciais resgatáveis	6	-	-	-	-	-	103.008	103.008
Variação na participação societária	6	-	-	663	-	663	(663)	-
Prejuízo do exercício	8	-	-	-	(279)	(279)	(212)	(491)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		112.562	-	663	(279)	112.946	102.133	215.079

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TGR Subholding 11 S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa do período de 03 de julho a 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

		<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
		<u>03/07/2024 à</u>	<u>03/07/2024 à</u>
	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(491)	(279)
Ajustes para:			
Equivalência patrimonial	6	-	268
		<u>(491)</u>	<u>(11)</u>
Variações nos ativos e passivos			
Outros créditos		(347)	1
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		(29)	-
Fornecedores		(161)	-
Obrigações trabalhistas		58	-
Obrigações fiscais		21	-
		<u>(949)</u>	<u>(10)</u>
Caixa gerado utilizado nas atividades operacionais		(949)	(10)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(949)	(10)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de investimento, líquido do caixa adquirido		4	(1)
Aquisição de imobilizado	5	(87.936)	-
		<u>(87.932)</u>	<u>(1)</u>
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(87.932)	(1)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Capital integralizado	8	13	13
Emissão de ações preferenciais resgatáveis	6	88.874	-
		<u>88.887</u>	<u>13</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		88.887	13
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		6	2
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	6	2
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		6	2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A TGR Subholding 11 S.A., (“Companhia”), com sede em Maracanaú (CE), foi constituída em 03 de julho de 2024, e tem como objeto social participar como acionista do capital social de sociedades que atuam em empreendimentos no setor de energia renovável.

Sua controlada foi constituída em 15 de março de 2021, e tem por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração do empreendimento de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica denominado EOL Ventos de Santa Luzia 17; e a comercialização de energia elétrica.

O empreendimento da Controlada possui 63 MW de capacidade instalada, está localizado em Município em Picuí (PB) e encontra-se em fase pré-operacional.

Capital Circulante Líquido negativo (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2024, o balanço patrimonial consolidado da Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 3.783, parte significativa desse valor é referente ao saldo de fornecedores de obras e serviços, que será amortizado no curto prazo. A estrutura de financiamento para implantação do empreendimento foi integralmente centralizada no acionista controlador da Companhia, que em 10 de julho de 2024 celebrou contrato de financiamento no montante de R\$ 2.500.000, parcialmente desembolsado até 31 de dezembro de 2024. Portanto, os pagamentos dos títulos financeiros foram suportados por meio de aportes de capital efetuados pelo acionista controlador. O recurso já foi aportado no período subsequente, vide nota 14 – Eventos Subsequentes.

1.1 Descrição do empreendimento parcialmente controlado pela Companhia

Projeto Serra do Tigre (“TGR”)

O projeto encontra-se em fase pré-operacional e contempla a implantação de doze parques eólicos, do qual um é controlado pela Companhia. A capacidade instalada total do projeto é de 756 MW, do qual 72 MW são controlados pela Companhia. Esta capacidade é composta por 16 aerogeradores, do total de 168 aerogeradores modelo Vestas V150 4.5, previstos para o projeto. O empreendimento está localizado nos municípios de Picuí (PB), Currais Novos (RN), Campo Redondo (RN), Lajes Pintadas (RN) e Coronel Ezequiel (RN).

1.2 Eventos societários relevantes que ocorreram no exercício

(a) Constituição da Empresa

Em 03 de julho de 2024, foi constituída por meio de sociedade limitada, a empresa Ventos de São Joel Energias Renováveis LTDA. (“Companhia”), deliberada com o capital social de R\$ 1, dividido em 1.000 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, pelos sócios da Sociedade: Casa dos ventos S.A (“CDV”) com 99,9% de participação e Ventos de Santa Silva Energias Renováveis Ltda. (“Santa Silvia”) com 0,1%.

(b) Mudança de estrutura societária e razão social

Em 10 de julho de 2024, deliberou-se em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) a transformação do tipo societário da Ventos de São Joel Energias Renováveis LTDA, de sociedade limitada que passou a ser sociedade anônima de capital fechado, assim como a alteração da denominação societária para TGR Subholding 11 S.A.

(c) **Contrato de Compra e Venda de ações (“CCVA”)**

Em 28 de agosto de 2024, celebrou-se a venda de ações dos acionistas Ventos de Santa Sílvia Energias Renováveis LTDA e Casa dos Ventos S.A para a Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A (“São Rafael”), que a partir desta data passou a ser controladora da Companhia, possuindo 100% do capital social.

2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela diretoria em 10 de março de 2025.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia e sua controlada não possuem premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, bem como não apresentam julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes, conforme disposições do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

A entidade é consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controlada e controladora são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis da controlada são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada, listada a seguir:

Controlada	Localização	Data de constituição	Status	Tipo de investimento	% de participação no Patrimônio Líquido (a)
				31/12/2024	31/12/2024
Ventos de São Mariano Energias Renováveis S.A.	Picuí (PB)	15/03/2021	Pré-operacional	Controle direto	53%

- (a) A São Rafael, controladora da Companhia é a detentora da parcela residual de 47% do capital social da Ventos de São Mariano Energias Renováveis S.A (“Ventos de São Mariano”) em 31 de dezembro de 2024.

2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia e sua controlada classificam seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada alterem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, quando transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada não transferem e nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e sua controlada realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: caixa e equivalentes de caixa.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: fornecedores, outras contas a pagar e partes relacionadas – outras contas a pagar.

2.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2024, o parque eólico da controlada encontrava-se em fase de implantação, portanto, não havendo a necessidade da análise de *impairment* a ser realizada pela Administração.

2.8 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional De Energia Elétrica (“ANEEL”), para os aerogeradores do empreendimento, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena da Companhia.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com relatório de unitização do empreendimento, elaborado por consultoria especializado, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.9 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.10 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia e sua controlada operam e geram receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados. Na data-base das demonstrações financeiras, a Companhia e sua Controlada não possuem diferenças temporárias.

A Companhia e sua controlada, optantes pelo regime tributário do lucro real anual, não apresentaram imposto de renda e contribuição social a pagar.

2.11 Mudanças nas principais políticas contábeis

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *covenants*.

A Companhia e sua controlada adotaram a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1) e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 14 de junho de 2024, data de constituição.

As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório.

Apesar da mudança na política, não há impacto nas demonstrações individuais e consolidadas comparativas, pois a Companhia e sua controlada não possuem notas conversíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024.

2.12 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

- (a) **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.
- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
 - As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
 - Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

- (b) **Outras normas contábeis:** não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
 - Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco pré-operacionais e operacional

Os riscos pré-operacionais e operacionais estão relacionados a, respectivamente, atrasos e outros fatores que podem prejudicar o processo de construção do parque eólico, e a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado.

A Companhia e sua controlada mantêm contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos durante as fases do empreendimento, incluindo contratos de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria e as aplicações são autorizadas e aprovadas pela controladoria, e aplicações que não estejam previstas na política são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de aplicação de caixa são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A controladora final da Companhia é a Casa dos Ventos S.A. (“CDV”), portanto a Administração da CDV estabelece um montante mínimo em posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada se encontra e observando as obrigações dos contratos de financiamento. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas.

Além disso, o Orçamento do Grupo CDV estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e nas controladas. Todo recurso excedente deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos da CDV através do FIC Domus Ventis (“FIC Consolidador”).

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia e sua controlada não cumprirem suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. A Administração monitora o nível esperado de entradas e saídas de seu fluxo de caixa, de forma a garantir suprimento adequado para a operação.

(iv) Risco de mercado

Risco de Mercado é a possibilidade de perdas financeiras decorrentes da variação nos preços de mercado dos ativos e passivos da Companhia, incluindo, mas não se limitando a taxas de juros, taxas de câmbio, preços de commodities e ações. Esse risco impacta diretamente a avaliação de instrumentos financeiros e a exposição econômica da empresa, podendo afetar tanto o valor justo quanto os fluxos de caixa futuros.

A Companhia monitora e gerencia sua exposição ao risco de mercado por meio de estratégias de hedge, análise de sensibilidade e modelos de mensuração como Value

at Risk (VaR) e testes de estresse, de acordo com as normas contábeis e regulatórias aplicáveis.

Um risco de mercado importante incorrido e gerenciado pela Companhia é a exposição cambial decorrente dos investimentos (CAPEX) realizados para a construção de projetos de geração de energia. Essa exposição decorre, principalmente, da importação de equipamentos e contratos firmados em moeda estrangeira.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Consolidado	Controladora
	31/12/2024	31/12/2024
Bancos conta movimento	6	2
Total	6	2

5 Imobilizado (Consolidado)

a. Composição do saldo

Descrição	Taxa de depreciação	Custo	31/12/2024
Imobilizado em andamento	-	218.951	218.951
Total		218.951	218.951

b. Movimentação do imobilizado

Descrição	Adição por aquisição	Adições (a)	31/12/2024
Imobilizado em andamento	127.852	91.099	218.951
Total	127.852	91.099	218.951

- (a) Durante o período de 16 de setembro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 a Controlada possui adições ao ativo imobilizado que não tiveram efeito caixa, relativos a provisões de medições de obras em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 3.163.

6 Investimentos (Controladora)

a. Composição dos investimentos

Descrição	31/12/2024
Ventos de São Mariano Energias Renováveis S.A.	112.944
Total	112.944

b. Movimentação dos investimentos

Controlada	Ações integralizadas	Equivalência Patrimonial	Transação de capital (a)	31/12/2024
Ventos de São Mariano Energias Renováveis S.A.	112.549	(268)	663	112.944
Total	112.549	(268)	663	112.944

- (a) Durante o período de 16 de setembro a 31 de dezembro de 2024 a Companhia incorreu no montante de R\$ 663 em transações de capital com a São Rafael, acionista controladora direta e indireta da Companhia e das investidas, respectivamente, decorrente da mudança de participação societária.

c. Reorganização societária

Em 16 de setembro de 2024 o acionista da Companhia celebrou o aumento de capital, no montante de R\$ 112.549, mediante a emissão de 112.549.101 novas ações ordinárias, normativas e sem valor nominal, por meio de contribuição de 100% das ações ordinária que a São Rafael detinha da Ventos de São Mariano.

A Ventos de São Mariano têm por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração do empreendimento de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica denominado EOL Ventos de Santa Luzia 17; e a comercialização de energia elétrica.

O acervo líquido integralizado pela São Rafael apresenta a seguinte composição:

Acervo líquido Ventos de São Mariano Energias Renováveis S.A.	31/08/2024
Ativo circulante	7
Ativo não circulante	127.852
Total do ativo	127.859
Passivo circulante	1.086
Passivo não circulante	90
Total do passivo	1.176
Reserva de capital (b)	14.134
Acervo líquido	112.549

- (b) Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de ações preferenciais resgatáveis de acionistas não controladores foi de R\$ 103.008, no qual o montante de R\$ 14.134 não compõe o acervo líquido integralizado e não possuem efeito caixa consolidado.

d. Saldos individuais

	% Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido na data de aquisição	Resultado do período na data de aquisição até 31/12/2024
		31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024		
Controle direto							
Ventos de São Mariano Energias Renováveis S.A.	53%	219.305	4.228	216.537	(1.460)	112.549	(480)
Total		219.305	4.228	216.537	(1.460)	112.549	(480)

7 Fornecedores (Consolidado)

Descrição	31/12/2024
Fornecedores de obras e serviços (a)	3.196
Total	3.196

- (a) Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia realizou o registro de provisão para fornecedores de obras não faturadas no montante de R\$ 3.163.

8 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$ 112.562 em 31 de dezembro de 2024, representado por 112.562.101 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionista	31/12/2024		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A.	100%	112.562	112.562.101
Total	100%	112.562	112.562.101

Recibos de integralização

Durante o exercício de 2024 o acionista da Companhia efetuou aportes de capital mediante recibos de integralização no montante de R\$ 1.

Aumento de capital

Em 16 de setembro de 2024, conforme AGE, a São Rafael subscreveu 112.549.101 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, que equivale ao montante de R\$ 112.549, integralizado mediante contribuição da totalidade da participação societária que detinha em ações ordinárias da Ventos de São Mariano.

Em 30 de dezembro de 2024, conforme AGE, foi subscrito capital no montante de R\$ 12 e plenamente integralizado mediante créditos de adiantamento para futuro aumento de capital.

9 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	Consolidado	Controladora
	03/07/2024 à 31/12/2024	03/07/2024 à 31/12/2024
Compartilhamento de despesa (nota 11)	(452)	-
Taxa de manutenção com órgão regulador	(10)	(11)
Outras despesas	(10)	-
Total	(472)	(11)

10 Resultado financeiro (Consolidado)

Descrição	03/07/2024 à 31/12/2024
Despesas financeiras	
Tarifas bancárias	(2)
Outras despesas financeiras	(2)
Total	(4)

11 Partes relacionadas (Consolidado)

Os principais saldos de passivos em 31 de dezembro de 2024, bem como as transações que influenciaram os resultados do período, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

Descrição	31/12/2024
Passivo	821
Partes relacionadas – outras contas a pagar	
Transações de condomínio (b)	374
Compartilhamento de despesas a pagar (a)	447
Resultado	(452)
Despesas gerais ou administrativas	
Compartilhamento de despesas (a)	(452)

- (a) Em 31 de dezembro de 2024 a controlada possui contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Casa dos Ventos S.A., que possui a finalidade de prestação de serviços administrativos.
- (b) A Companhia possui gastos em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas patrimoniais até a sua liquidação.

A Casa dos Ventos S.A. é a controladora final da Companhia.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGO realizada em 10 de julho de 2024, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

12 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	6	6	2	2
Fornecedores	(3.196)	(3.196)	-	-
Outras contas a pagar	(116)	(116)	-	-
Partes relacionadas – outras contas a pagar	(821)	(821)	-	-
Total	(4.127)	(4.127)	2	2

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia são avaliados ao custo amortizado.

13 Contingências

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.

14 **Eventos subsequentes**

Em 31 de janeiro de 2025 e 28 de fevereiro de 2025 a controlada, por meio de AGE, emitiu 10.131.250 novas ações preferenciais resgatáveis, nominativas e sem valor nominal, perfazendo o montante total de R\$ 40.525, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente pelo acionista não controlador São Rafael.